

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS  
INCLUSIVAS EM  
CONTEXTOS DE  
DIVERSIDADE:  
ESTRATÉGIAS  
METODOLÓGICAS E  
PROCESSOS DIALÓGICOS**

**INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES IN DIVERSITY CONTEXTS:  
METHODOLOGICAL STRATEGIES AND DIALOGIC PROCESSES**

Ciências Humanas • 16/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776286596](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776286596)

---

Erica Lamara Gomes Alves Grigorio<sup>1</sup>  
Danielle Cristina da Silva Dutra Adorno<sup>2</sup>  
Mathielly Samara Ricarte do Amaral<sup>3</sup>  
Edinarya Kelanya dos Santos Pereira<sup>4</sup>  
Paulo César Gonçalves da Silva<sup>5</sup>  
Elizandra Thayna de Andrade Marinho<sup>6</sup>  
Adalberto Moreira de Medeiros Junior<sup>7</sup>  
Ezenildo Carneiro de Moraes<sup>8</sup>  
Adilma Leite Torres Lira<sup>9</sup>  
Vanio Darcy Bernardes<sup>10</sup>  
Claudiana Roberta Juca<sup>11</sup>  
Edvaldo Alves da Silva Junior<sup>12</sup>

---

## RESUMO

O presente artigo investiga as práticas pedagógicas inclusivas em contextos de diversidade, enfocando estratégias metodológicas e processos dialógicos fundamentais para a efetivação do direito à educação de todos os estudantes. A pesquisa problematiza as tensões existentes entre as políticas inclusivas e sua implementação prática nas escolas brasileiras, considerando as barreiras atitudinais, estruturais e pedagógicas que impedem a construção de ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos. O objetivo geral consiste em analisar as práticas pedagógicas inclusivas e suas estratégias metodológicas em contextos de diversidade, buscando compreender como os processos dialógicos contribuem para a superação das exclusões escolares. A metodologia adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em análise de produções científicas nacionais e internacionais, documentos oficiais brasileiros e legislação pertinente à educação inclusiva. Os resultados evidenciam que a efetivação da educação inclusiva demanda transformações estruturais nas escolas, incluindo a flexibilização curricular, a diferenciação pedagógica, o uso de tecnologias assistivas e a formação continuada de professores. Conclui-se que os processos dialógicos, fundamentados na pedagogia freireana, constituem eixos norteadores para a construção de práticas pedagógicas que reconhecem a diversidade como potencialidade e não como deficiência, contribuindo para a democratização do acesso, da permanência e da aprendizagem de todos os estudantes.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; Diversidade escolar; Práticas pedagógicas; Processos dialógicos; Estratégias metodológicas

## ABSTRACT

This article investigates inclusive pedagogical practices in diversity

contexts, focusing on methodological strategies and dialogic processes fundamental to the effectiveness of the right to education for all students. The research problematizes the tensions between inclusive policies and their practical implementation in Brazilian schools, considering attitudinal, structural, and pedagogical barriers that prevent the construction of truly inclusive educational environments. The general objective is to analyze inclusive pedagogical practices and their methodological strategies in diversity contexts, seeking to understand how dialogic processes contribute to overcoming school exclusions. The methodology adopts a qualitative approach, of bibliographical and documentary nature, based on the analysis of national and international scientific productions, official Brazilian documents, and legislation pertinent to inclusive education. The results show that the effectiveness of inclusive education demands structural transformations in schools, including curricular flexibility, pedagogical differentiation, the use of assistive technologies, and continuous teacher training. It is concluded that dialogic processes, based on Freirean pedagogy, constitute guiding axes for the construction of pedagogical practices that recognize diversity as potentiality and not as deficiency, contributing to the democratization of access, permanence, and learning for all students.

**Keywords:** Inclusive education; School diversity; Pedagogical practices; Dialogic processes; Methodological strategies

## 1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos desafios mais significativos contemporâneos no campo educacional, demandando a reconfiguração de práticas pedagógicas tradicionais em direção a abordagens que reconheçam a diversidade humana como

elemento constitutivo do processo de ensino-aprendizagem. Segundo Mantoan (2015), a inclusão escolar vai além da simples integração de estudantes com deficiência nas salas de aula regulares, implicando uma transformação estrutural e cultural das instituições educativas para que efetivamente acolham a todos sem distinção. Nessa perspectiva, a escola é convocada a repensar seus fundamentos pedagógicos, organizacionais e éticos, construindo ambientes onde as diferenças sejam reconhecidas, respeitadas e valorizadas como potencialidades para o enriquecimento do processo educativo.

No contexto brasileiro, a educação inclusiva avançou significativamente nas últimas décadas, impulsionada por marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Conforme aponta Brasil (2018), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece diretrizes que visam garantir o direito à educação de todos os estudantes, contemplando a diversidade e a necessidade de adaptações curriculares. Entretanto, apesar dos avanços normativos, persistem desafios consideráveis na implementação efetiva das práticas inclusivas nas escolas brasileiras, especialmente no que tange à formação de professores, à disponibilidade de recursos e à transformação de culturas escolares excludentes.

As tensões contemporâneas no campo da educação inclusiva revelam-se em múltiplas dimensões: a dicotomia entre integração e inclusão, a persistência de modelos pedagógicos homogeneizadores, a insuficiência de formação docente para o

atendimento à diversidade e a escassez de recursos materiais e tecnológicos. Sanches e Teodoro (2007) evidenciam que as práticas dos professores de apoio educativo ainda apresentam indicadores pontuais de educação inclusiva, sugerindo que a transição do modelo de educação especial para a educação inclusiva encontra-se em processo de consolidação. Ademais, as pesquisas recentes indicam que a descontinuidade entre as políticas inclusivas e suas materializações práticas constitui um obstáculo significativo para a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes.

A justificativa social deste estudo fundamenta-se na necessidade premente de contribuir para a construção de escolas mais democráticas, equitativas e acolhedoras, onde o direito à educação seja efetivamente assegurado a todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. A exclusão escolar, seja por motivos de deficiência, condição socioeconômica, origem étnico-racial ou outras formas de diversidade, perpetua desigualdades sociais e limita as possibilidades de desenvolvimento humano pleno. Nesse sentido, investigar práticas pedagógicas inclusivas constitui um compromisso ético com a justiça social e com a democratização do acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade.

Do ponto de vista acadêmico, este artigo insere-se no campo dos estudos sobre educação inclusiva, contribuindo para o debate sobre estratégias metodológicas e processos dialógicos que sustentam práticas pedagógicas transformadoras. A literatura especializada aponta lacunas significativas quanto à articulação entre fundamentação teórica e práticas concretas de inclusão, especialmente no que concerne à diferenciação pedagógica, à flexibilização curricular e à utilização de tecnologias assistivas. O

presente estudo busca preencher parte dessa lacuna, oferecendo subsídios teórico-práticos para a efetivação da educação inclusiva.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar as práticas pedagógicas inclusivas em contextos de diversidade, enfocando estratégias metodológicas e processos dialógicos fundamentais para a superação das exclusões escolares. Como objetivos específicos, busca-se: (i) caracterizar os fundamentos teóricos da educação inclusiva e suas implicações para as práticas pedagógicas; (ii) identificar estratégias metodológicas que contribuam para o atendimento à diversidade em sala de aula; (iii) analisar o papel dos processos dialógicos na construção de ambientes educacionais inclusivos. O problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser formulado da seguinte maneira: quais estratégias metodológicas e processos dialógicos contribuem para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas em contextos de diversidade?

Este artigo estrutura-se em seis seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico, discutindo os fundamentos da educação inclusiva, as estratégias metodológicas para a diversidade e os processos dialógicos na prática docente. A terceira seção descreve a metodologia adotada. A quarta seção apresenta os resultados e discussão. A quinta seção traz as considerações finais. Por fim, a sexta seção lista as referências utilizadas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Fundamentos da Educação Inclusiva**

A educação inclusiva constitui um movimento político-pedagógico que busca transformar as escolas para que acolham a todos os

estudantes, reconhecendo a diversidade como elemento constitutivo da condição humana. Mantoan (2015) fundamenta que a inclusão escolar implica repensar todo o projeto educativo, deslocando o foco da adaptação do estudante para a transformação das instituições. Nessa perspectiva, a autora diferencia claramente os conceitos de integração e inclusão: enquanto a integração pressupõe a adaptação do estudante com deficiência à escola regular, mantendo inalteradas suas estruturas e práticas, a inclusão exige a modificação da escola para que efetivamente acolha a todos, eliminando barreiras e promovendo a participação plena de cada estudante.

O paradigma da educação inclusiva rompe com a lógica da normalização e da homogeneização que historicamente caracterizou os sistemas educacionais. Segundo Mittler (2003), a educação inclusiva fundamenta-se no reconhecimento dos direitos humanos de todas as pessoas, independentemente de suas características individuais. O autor enfatiza que a inclusão não se restringe ao acesso físico à escola, mas engloba a garantia de condições para a participação efetiva, o desenvolvimento das potencialidades e a aprendizagem significativa de todos os estudantes. Nesse sentido, a educação inclusiva constitui um projeto ético-político que questiona as desigualdades estruturais e busca a construção de sociedades mais justas e democráticas.

A legislação brasileira avançou significativamente no reconhecimento do direito à educação inclusiva. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece em seu Art. 27 que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida. Conforme Brasil (2015),

incumbe ao poder público assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. Essa normativa representa um avanço na consolidação do direito à educação inclusiva, estabelecendo responsabilidades claras para o Estado, as escolas e a sociedade.

No entanto, a implementação da educação inclusiva enfrenta desafios significativos. Marchesi (2004) argumenta que as escolas inclusivas efetivas demandam mudanças profundas em múltiplas dimensões: na organização curricular, nas práticas pedagógicas, na formação de professores, na gestão escolar e na articulação com as famílias e a comunidade. A autora enfatiza que a inclusão não se realiza apenas por decreto, mas requer um trabalho árduo de transformação das culturas escolares, superando preconceitos e construindo novas formas de pensar e fazer educação. Nesse processo, a colaboração entre todos os atores do cenário educativo assume papel central.

*A educação inclusiva não é um destino, mas um processo contínuo de transformação. Ela exige um compromisso permanente com a eliminação de barreiras e a promoção da participação de todos. As escolas precisam desenvolver uma cultura inclusiva que permeie todas as suas práticas, desde o planejamento curricular até as relações cotidianas entre estudantes, professores e demais membros da comunidade escolar (MANTOAN, 2015, p. 45).*

A análise dessa perspectiva revela que a educação inclusiva implica uma mudança de paradigma que afeta todas as dimensões da vida escolar. Trata-se de construir ambientes onde a diversidade seja vivida como enriquecimento mútuo, onde as diferenças não sejam apenas toleradas, mas verdadeiramente celebradas como expressão da pluralidade humana.

## **2.2. Estratégias Metodológicas para a Diversidade**

A efetivação da educação inclusiva demanda o desenvolvimento de estratégias metodológicas que reconheçam a diversidade de ritmos, estilos e necessidades de aprendizagem presentes em qualquer sala de aula. Nesse contexto, a diferenciação pedagógica emerge como abordagem fundamental para o atendimento à diversidade. Tomlinson (2014) aponta que a diferenciação consiste em ajustar o ensino de acordo com as necessidades individuais dos estudantes, considerando seus perfis de aprendizagem, interesses e níveis de preparo. Essa abordagem propõe variações no conteúdo, no processo e nos produtos de aprendizagem, de modo a garantir que todos os estudantes tenham acesso a desafios significativos e possam demonstrar seus conhecimentos de maneiras diversas.

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) constitui outra estratégia metodológica de grande relevância para a educação inclusiva. Conforme Hall, Meyer e Rose (2012), o DUA propõe a flexibilização curricular desde o seu planejamento inicial, eliminando barreiras à aprendizagem e oferecendo múltiplas formas de representação, expressão e engajamento. Essa abordagem parte do princípio de que as barreiras residem no projeto curricular e não nos estudantes, de modo que antecipar e eliminar obstáculos constitui estratégia mais eficiente do que adaptações posteriores. O DUA

fundamenta-se em pesquisas neurocientíficas sobre as redes de reconhecimento, estratégica e afetiva do cérebro, oferecendo bases científicas para a diversificação das práticas pedagógicas.

As adaptações curriculares representam estratégia indispensável para garantir o acesso e a aprendizagem de estudantes com deficiência. Santos et al. (2025) argumentam que a flexibilização curricular não se trata apenas de adaptar conteúdos, mas de criar um ambiente educacional sensível às necessidades emocionais, cognitivas e sociais dos estudantes. Os autores distinguem entre adaptações de conteúdo, de estratégia, de avaliação e de ambiente, enfatizando que cada estudante apresenta necessidades específicas que demandam análise cuidadosa e planejamento colaborativo. A colaboração entre professores da sala de aula regular, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), estudantes e família é destacada como fundamental para o sucesso das adaptações.

*A diferenciação pedagógica exige que os educadores conheçam bem seus alunos, observem suas necessidades e habilidades e ajustem suas práticas de ensino. Além disso, trabalhar em colaboração com os demais professores, especialistas e pais garante uma abordagem abrangente e bem-sucedida para a inclusão escolar. O objetivo é criar um ambiente onde todos os alunos se sintam valorizados, apoiados e capacitados para alcançar seu pleno potencial acadêmico e pessoal (EASPD, 2023, p. 12).*

A utilização de tecnologias assistivas amplia significativamente as possibilidades de participação e aprendizagem de estudantes com deficiência. Segundo definição do Comitê de Ajudas Técnicas (CAT, 2007), a tecnologia assistiva é uma área do conhecimento de característica interdisciplinar que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade de pessoas com deficiência, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Na perspectiva da educação inclusiva, a tecnologia assistiva é voltada a favorecer a participação do aluno com deficiência nas diversas atividades do cotidiano escolar, vinculadas aos objetivos educacionais comuns.

A análise dessas estratégias metodológicas evidencia que a educação inclusiva requer um repertório ampliado de práticas pedagógicas, capaz de responder à complexidade da diversidade humana. Trata-se de construir salas de aula onde a flexibilidade e a criatividade sejam exercitadas cotidianamente, onde cada estudante encontre caminhos significativos para sua aprendizagem e desenvolvimento.

### **2.3. Processos Dialógicos na Prática Docente**

O diálogo constitui elemento central na construção de práticas pedagógicas inclusivas, fundamentando relações educativas baseadas no respeito mútuo, no reconhecimento do outro e na construção compartilhada do conhecimento. Paulo Freire (1996), em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, enfatiza que ensinar exige disponibilidade para o diálogo, compreendendo a educação como forma de intervenção no mundo mediada pela comunicação horizontal entre os sujeitos. O diálogo freireano não se reduz à

simples troca de palavras, mas implica atitude de reconhecimento do outro como sujeito de sua própria história, portador de saberes e experiências que enriquecem o processo educativo.

A pedagogia do diálogo fundamenta-se na superação da lógica bancária da educação, na qual o educador deposita conhecimentos no educando, para construir relações mediadas pela escuta ativa, pela problematização e pela busca conjunta de compreensão dos fenômenos. Freire (2001) argumenta que o diálogo é o encontro de sujeitos que, unidos na ação e na reflexão sobre o mundo, transformam o mundo e a si mesmos. Essa perspectiva é particularmente relevante para a educação inclusiva, pois reconhece que todos os estudantes, independentemente de suas características, são sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento.

Os processos dialógicos na educação inclusiva implicam a criação de espaços onde as vozes de todos os estudantes sejam ouvidas e valorizadas. Mantoan (2015) destaca que o professor inclusivo está atento aos diferentes tons das vozes que compõem a turma, promovendo a harmonia, o diálogo, contrapondo-as e complementando-as. Essa atitude dialógica exige do educador a suspensão de preconceitos e estereótipos sobre a deficiência, abrindo-se para conhecer as singularidades de cada estudante e construir com ele relações de confiança e respeito. O diálogo torna-se, assim, ferramenta essencial para o conhecimento do outro e para a superação das barreiras atitudinais.

*O processo de avaliação que é coerente com uma educação inclusiva acompanha o percurso de cada estudante e a evolução de suas competências e conhecimentos. Muda-se o caráter da avaliação que, usualmente, é praticada nas escolas e que tem fins meramente classificatórios. A intenção dessa modalidade de avaliar é levantar dados para melhor compreensão do processo de aprendizagem e para o aperfeiçoamento da prática pedagógica (FÁVERO; PANTOJA; MANTOAN, 2007, p. 54).*

A comunicação alternativa e aumentativa (CAA) representa dimensão específica dos processos dialógicos na educação inclusiva, garantindo que estudantes com dificuldades de fala ou comunicação oral possam expressar-se e participar das interações sociais. As pranchas de comunicação, aplicativos com símbolos visuais, sintetizadores de voz e outros recursos de CAA ampliam as possibilidades de diálogo, democratizando o acesso à comunicação. A implementação desses recursos requer formação específica dos educadores e articulação com profissionais especializados, mas sobretudo uma atitude de abertura para novas formas de comunicação que transcendam a oralidade.

A avaliação na perspectiva da educação inclusiva também se fundamenta em processos dialógicos. Simone (2022) problematiza os processos avaliativos de estudantes com deficiência intelectual, argumentando que a avaliação deve ser compreendida como processo contínuo de reflexão sobre a ação docente, contribuindo para a reformulação das práticas educacionais. A autora enfatiza que

a avaliação formativa, baseada no diálogo entre professor e estudante, permite acompanhar o desenvolvimento individual, identificando avanços, dificuldades e necessidades de ajuste. Essa perspectiva contrasta com avaliações classificatórias e homogeneizadoras, incompatíveis com os princípios da educação inclusiva.

### **3. METODOLOGIA**

A presente pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, conforme orientações de Gil (2008), para quem a pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais. A pesquisa documental, por sua vez, utiliza fontes que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetivos da investigação, compreendendo legislações, normas, relatórios oficiais e documentos institucionais.

O tipo de pesquisa caracteriza-se como exploratória, buscando proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e construindo hipóteses de trabalho, conforme classificação de Gil (2008). Essa modalidade de pesquisa é particularmente adequada ao objeto de estudo, uma vez que visa aprofundar a compreensão sobre práticas pedagógicas inclusivas, estratégias metodológicas e processos dialógicos em contextos de diversidade, campo que demanda constante atualização e articulação entre teoria e prática.

As bases consultadas para o levantamento das fontes incluíram o SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Scholar, Redalyc

(Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal), repositórios de teses e dissertações de universidades públicas brasileiras, além de documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Diário Oficial da União (DOU). A consulta a múltiplas bases visou garantir a diversidade e a qualidade das fontes analisadas.

Os descritores utilizados nas buscas compreenderam: "educação inclusiva", "práticas pedagógicas inclusivas", "diversidade escolar", "estratégias metodológicas", "processos dialógicos", "adaptações curriculares", "diferenciação pedagógica", "tecnologia assistiva", "formação de professores" e "avaliação inclusiva". Os critérios de inclusão estabeleceram a seleção de produções científicas publicadas nos últimos vinte anos, priorizando obras de autores clássicos e referenciais teóricos consolidados no campo, além de documentos oficiais brasileiros vigentes. Foram excluídos textos sem referências claras de autoria, resumos de eventos sem acesso ao texto completo e materiais que não apresentassem relação direta com o tema investigado.

Foram analisadas quinze obras científicas e documentos oficiais, incluindo livros, artigos de periódicos, legislações e normativas educacionais brasileiras. Foram consideradas produções científicas relevantes para o tema, incluindo tanto estudos clássicos consolidados na área quanto pesquisas mais recentes, com o objetivo de garantir consistência teórica e atualização científica. Os procedimentos de análise fundamentaram-se na técnica de análise de conteúdo, na modalidade categorial, conforme Bardin (2016), operacionalizando-se a leitura completa das fontes, extração de

categorias analíticas e articulação entre os achados e os objetivos propostos.

As limitações do método incluem a impossibilidade de generalização dos achados, característica inerente às pesquisas qualitativas de cunho bibliográfico-documental, bem como a dependência da qualidade e disponibilidade das fontes consultadas. Ademais, a pesquisa não contempla a análise de práticas concretas em contextos escolares específicos, limitando-se ao campo teórico-conceitual, o que sugere a necessidade de investigações empíricas futuras que aprofundem a compreensão das dinâmicas inclusivas em situações reais de sala de aula.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados da pesquisa foram organizados em três eixos temáticos que respondem diretamente aos objetivos propostos: fundamentos da educação inclusiva e suas implicações para as práticas pedagógicas; estratégias metodológicas para o atendimento à diversidade; e o papel dos processos dialógicos na construção de ambientes inclusivos.

No primeiro eixo, os achados evidenciam que a educação inclusiva fundamenta-se em princípios éticos, políticos e pedagógicos que questionam a lógica excludente tradicional das escolas. A análise das fontes confirma que a inclusão vai além do acesso físico, englobando a garantia de condições para a aprendizagem significativa, o desenvolvimento das potencialidades individuais e a participação plena na vida escolar. Convergências foram identificadas entre Mantoan (2015), Mittler (2003) e Marchesi (2004) quanto à necessidade de transformações estruturais nas escolas,

embora se reconheça que essas mudanças encontram resistências em culturas organizacionais marcadas pela competitividade, pela homogeneização e pela lógica de seleção. A BNCC (Brasil, 2018) apresenta avanços ao reconhecer a diversidade, mas análises críticas apontam que seu caráter normativo pode tensionar a flexibilização necessária à inclusão efetiva.

O segundo eixo revela a multiplicidade de estratégias metodológicas disponíveis para o atendimento à diversidade. A diferenciação pedagógica, o Desenho Universal para a Aprendizagem, as adaptações curriculares e as tecnologias assistivas emergem como abordagens complementares que, articuladas, ampliam as possibilidades de inclusão. Hall, Meyer e Rose (2012) oferecem fundamentação científica robusta para o DUA, enquanto Santos et al. (2025) contribuem com análises sobre a flexibilização curricular no contexto brasileiro. Divergências foram identificadas quanto à priorização de estratégias: alguns autores enfatizam as adaptações individuais, enquanto outros defendem mudanças estruturais no currículo que beneficiem todos os estudantes. A pesquisa de Sanches e Teodoro (2007) evidencia que as práticas dos professores ainda se distanciam das orientações teóricas, indicando a necessidade de formação continuada mais efetiva.

O terceiro eixo destaca os processos dialógicos como elementos mediadores fundamentais para a educação inclusiva. A pedagogia de Paulo Freire (1996, 2001) oferece bases filosóficas e metodológicas para a construção de relações educativas horizontais, embora sua articulação específica com a educação inclusiva ainda demande aprofundamento nas pesquisas brasileiras. Simone (2022) e Fávero, Pantoja e Mantoan (2007) convergem quanto à necessidade de avaliações baseadas no diálogo e no acompanhamento contínuo,

contrastando com práticas classificatórias predominantes. A análise indica que os processos dialógicos contribuem para a superação das barreiras atitudinais, frequentemente mais difíceis de romper do que as barreiras físicas ou arquitetônicas.

Exemplos concretos extraídos das fontes demonstram que escolas que implementam práticas inclusivas de forma efetiva combinam múltiplas estratégias: planejamento colaborativo entre professores regulares e especializados, uso de tecnologias assistivas, adaptações curriculares flexíveis, avaliação formativa e comunicação constante com as famílias. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) estabelece diretrizes claras para essas práticas, mas sua implementação depende de investimentos em infraestrutura, formação e recursos materiais que ainda são insuficientes na maioria das redes de ensino brasileiras.

As limitações deste estudo incluem seu caráter predominantemente teórico, sem análise de práticas concretas em campo, e a dependência de fontes secundárias. Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos empíricos que investiguem práticas pedagógicas inclusivas em diferentes contextos escolares brasileiros, analisando as condições que favorecem ou impedem sua implementação efetiva. Ademais, recomenda-se o aprofundamento da articulação entre a pedagogia freireana e a educação inclusiva, explorando como os processos dialógicos podem ser operacionalizados em salas de aula diversas. A análise comparativa entre diferentes sistemas educacionais também se configura como agenda relevante para compreender políticas inclusivas que tenham obtido maior sucesso em contextos internacionais.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar as práticas pedagógicas inclusivas em contextos de diversidade, enfocando estratégias metodológicas e processos dialógicos fundamentais para a superação das exclusões escolares. Ao final deste percurso analítico, verifica-se que o objetivo foi alcançado, uma vez que o estudo proporcionou aprofundamento teórico-conceitual sobre os fundamentos da educação inclusiva, as estratégias metodológicas para o atendimento à diversidade e o papel dos processos dialógicos na construção de ambientes educacionais mais democráticos e acolhedores.

Os principais achados deste estudo sintetizam-se na compreensão de que a educação inclusiva constitui projeto ético-político que vai muito além do acesso físico dos estudantes com deficiência às escolas regulares. A inclusão efetiva demanda transformações profundas nas estruturas curriculares, nas práticas pedagógicas, nas formas de avaliação, na gestão escolar e nas culturas organizacionais. As estratégias metodológicas analisadas diferenciação pedagógica, Desenho Universal para a Aprendizagem, adaptações curriculares e tecnologias assistivas oferecem subsídios importantes para a construção de salas de aula mais flexíveis e responsivas à diversidade, embora sua implementação efetiva enfrente obstáculos significativos relacionados à formação docente, aos recursos materiais e às resistências culturais.

Os processos dialógicos emergem como dimensão central para a efetivação da educação inclusiva, fundamentando relações educativas baseadas no respeito mútuo, no reconhecimento do outro como sujeito e na construção compartilhada do conhecimento. A pedagogia freireana oferece bases filosóficas e metodológicas robustas para a construção dessas práticas, embora

se reconheça que sua operacionalização em contextos de diversidade requer criatividade, compromisso ético e formação específica dos educadores. O diálogo, compreendido em sua dimensão mais ampla, permeia todas as dimensões da inclusão escolar, desde o planejamento curricular até as avaliações, desde as relações interpessoais até as decisões políticas.

A contribuição deste estudo para a ciência reside na articulação sistemática entre fundamentos teóricos da educação inclusiva, estratégias metodológicas concretas e processos dialógicos, oferecendo subsídios para pesquisas futuras no campo. A pesquisa contribui para a sociedade ao destacar a importância da educação inclusiva como direito humano fundamental e ao indicar caminhos para sua efetivação, subsidiando educadores, gestores e formuladores de políticas públicas. Para a prática docente, o estudo oferece orientações sobre estratégias metodológicas que podem ser implementadas em salas de aula diversas, enfatizando a centralidade dos processos dialógicos.

No âmbito da formação continuada de professores, este estudo aponta a necessidade de programas que ultrapassem o caráter prescritivo e tecnicista, investindo na formação ético-política e na construção de competências para o diálogo, a diferenciação pedagógica e o uso criativo de recursos tecnológicos. A formação deve contemplar o conhecimento das legislações, das especificidades das diferentes deficiências, das estratégias de adaptação curricular e das tecnologias assistivas, mas sobretudo deve promover atitudes de abertura à diversidade e compromisso com a justiça social.

Para as políticas públicas, os achados desta pesquisa indicam a necessidade de investimentos consistentes em infraestrutura escolar acessível, recursos tecnológicos, material didático adaptado e condições de trabalho docente que viabilizem o planejamento colaborativo e o atendimento individualizado. A legislação brasileira avançou significativamente, mas sua implementação depende de recursos financeiros, acompanhamento sistemático e avaliação das práticas inclusivas nas escolas.

As limitações deste estudo incluem seu caráter predominantemente teórico-bibliográfico, sem análise empírica de práticas concretas em contextos escolares específicos. A dependência de fontes secundárias e a impossibilidade de generalização dos achados também se configuram como restrições metodológicas. Ademais, a pesquisa não aprofundou a análise de contextos específicos, como a educação infantil, o ensino médio ou a educação superior, que apresentam particularidades importantes quanto à inclusão.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos empíricos que investiguem práticas pedagógicas inclusivas em diferentes níveis e modalidades de ensino, analisando fatores que favorecem ou dificultam sua implementação. Recomenda-se também o aprofundamento da articulação entre pedagogia freireana e educação inclusiva, desenvolvendo propostas concretas de operacionalização dos processos dialógicos em salas de aula diversas. Estudos comparativos entre diferentes sistemas educacionais, nacionais e internacionais, podem contribuir para identificar políticas e práticas mais efetivas. Pesquisas sobre a formação de professores para a educação inclusiva, investigando programas inovadores e seus impactos nas práticas docentes, também se configuram como agenda relevante. Finalmente,

sugere-se a investigação sobre o uso de tecnologias digitais e inteligência artificial na educação inclusiva, campo em expansão que demanda análises críticas sobre suas potencialidades e limites.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS. Catálogo de tecnologia assistiva. 3. ed. São Paulo: CTE, 2007. 286 p.

EUROPEAN ASSOCIATION OF SERVICE PROVIDERS FOR PERSONS WITH DISABILITIES. Como adaptar a sala de aula (para um ambiente mais inclusivo). Bruxelas: EASPD, 2023. Disponível em: <https://easpd.eu/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

FÁVERO, Maria Helena; PANTOJA, Giselle; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Avaliação escolar na perspectiva da educação inclusiva. In:

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2007. p. 54-78.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 48. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 152 p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 61. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. 216 p.

GATTI, Bernardete A.; BARRETO, Elba S. de S. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília, DF: UNESCO, 2009. 285 p.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

HALL, Tracey E.; MEYER, Anne; ROSE, David H. Universal Design for Learning in the classroom: practical applications. New York: Guilford Press, 2012. 156 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2015. 96 p.

MARCHESI, Álvaro. A prática das escolas inclusivas. In: COLL, César et al. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 31-52.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003. 168 p.

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo.

Revista Portuguesa de Educação, Braga, v. 20, n. 2, p. 105-149, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37420205.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, Anderson Oramisio et al. Flexibilização e adaptação curricular de pequeno porte: apontamentos legais, conceituais e orientadores à prática pedagógica inclusiva. Cadernos de Educação, Campinas, v. 8, n. 2, p. 45-62, 2025. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3815>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SIMONE, Michelle de Souza. Guia educacional: processos avaliativos de estudantes com deficiência intelectual. 2022. 206 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

TOMLINSON, Carol Ann. The differentiated classroom: responding to the needs of all learners. 2. ed. Alexandria: ASCD, 2014. 197 p.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciência da Educação na Área de Matemática, Centro Internacional de Pesquisas Integralize, CNPJ:32.682.373/0001-86, Itaporanga-PB, Brasil. E-mail: [ericaedv@gmail.com](mailto:ericaedv@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8137-7487>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1441514719997556>

<sup>2</sup> Licenciatura Pedagogia, Unip Itaporanga PB- Brasil. E-mail: [smathielly@gmail.com](mailto:smathielly@gmail.com)

<sup>3</sup> Curso de Especialização em Geopolítica e História - Faculdades Integradas de Patos ECIT Gertrudes Leite, Desterro - Paraíba, Brasil.

E-mail: [edinaryasantos@gmail.com](mailto:edinaryasantos@gmail.com)

<sup>4</sup> Gestão e Tutoria em EaD. Humanas, Uniasselvi - Centro

Universitário Leonardo da Vinci

Avenida Mato Grosso n. 648, Campo Grande, Estado;MS, Brasil. E-

mail: [pg-silva1977@hotmail.com](mailto:pg-silva1977@hotmail.com)

<sup>5</sup> Mestrado em Ciências da Educação-em andamento, Rua Roxael

cândido da cunha, 40 - Verbo Divino, Brasil. E-mail:

[daniellecristinaadorno@gmail.com](mailto:daniellecristinaadorno@gmail.com)

<sup>6</sup> Licenciatura em pedagogia e matemática, cruzeiro do sul virtual -

Juripiranga PB. E-mail: [elizandra.marinho02@gmail.com](mailto:elizandra.marinho02@gmail.com)

<sup>7</sup> Especialização em Ensino da Língua Inglesa, criado e

regulamentado -URCA, Patos-Pb, Brasil. E-mail:

[adalberto.junior@professor.pb.gov.br](mailto:adalberto.junior@professor.pb.gov.br)

<sup>8</sup> Graduação em pedagogia (UERN), Especialização em supervisão

escolar (Faveni), Rua Rosineide Benício da Costa, 14 - Baraúna/RN,

Brasil. E-mail: [ezenildo.cobra@hotmail.com](mailto:ezenildo.cobra@hotmail.com)

<sup>9</sup> Mestrado em ciências da educação, Veni Creator Escola municipal

Possidônio da Costa Veras, Juru-PB, Brasil. E-mail:

[adilmatorres25@gmail.com](mailto:adilmatorres25@gmail.com)

<sup>10</sup> Graduado em Ciências Naturais e Matemática, UFSC. Graduado

em Licenciatura em Matemática - UNINTER. E-mail:

[vaniodarcybernardes@yahoo.com.br](mailto:vaniodarcybernardes@yahoo.com.br)

<sup>11</sup> Pedagogia, Rua Ananias Conserva de Sousa 69. E-mail:  
[claudianarobertajucaita@gmail.com](mailto:claudianarobertajucaita@gmail.com)

<sup>12</sup> Especialista em Educação Física Escolar Com Ênfase Em Educação Especial, Instituto De Educação E Cultura De Capanema-PR, Itaporanga-PB. Brasil. E-mail: [mega150914@gmail.com](mailto:mega150914@gmail.com)